



INCIDÊNCIAS E INFLUÊNCIAS DO MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BRASIL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Karla Wanessa Carvalho de Almeida ¹

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa qualitativa fundamentada teórica e metodologicamente na teoria política de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). Nesse sentido, reflete acerca das disputas e dos sentidos presentes nas políticas de Educação Infantil a partir da interlocução do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. A construção dos dados mostrou que o discurso do MIEIB foi construído a partir de uma demanda social (direito da criança) com interlocução ativa de pesquisas de realidade educacional da Educação Infantil, o que lhe conferiu credibilidade em sua atuação como interlocutor e articulado na construção de políticas de educação infantil, sua atuação pode ser classificada como reivindicatória, negociadora, propositiva, mediadora e defensora dos direitos já conquistados no campo político da Educação Infantil que estão sendo alvo de ataques constantes.

Palavras-chave: Educação Infantil, MIEIB, Infância, Política, Educação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como centralidade a política para a Educação Infantil e as disputas em torno dos sentidos e sua materialização em práticas discursivas, busca-se evidenciar tais relações a partir da atuação e incidência política na defesa da educação das crianças pequenas do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB). As reflexões são derivadas de nossa pesquisa de mestrado-UFRPE, com destaque para a intensa interlocução realizada do movimento com os governos do PT (Lula e Dilma), sem deixar de problematizar as ações do MIEIB no atual governo.

O MIEIB, criado em 1999, surgiu da articulação em torno da luta para incluir as crianças pequenas nas políticas educativas, articulações estas, tanto de natureza social como epistêmica. Mais precisamente, o movimento constitui-se em um aglomerado de fóruns estaduais e municipais, de caráter suprapartidário, que acomoda visões diversas e até mesmo contraditórias, mas unem-se em torno de demandas específicas da educação das infâncias brasileiras.

¹ Doudaranda em Educação Contemporânea. Universidade Federal de Pernambuco- PE, wanessadeus@hotmail.com



Desde sua criação, o MIEIB tem apresentado grande poder de incidência e influência na agenda política educacional, expressos em ações nacionais de defesa a educação das crianças como Movimentos por Creches, Fraldas Pintadas, outros. Nos governos do partido dos trabalhadores, esse poder fecunda diálogos diretos com Ministério da Educação, por meio de Rita Coelho, ex-integrante do Grupo Gestor do MIEIB, convidada a assumir o cargo de Coordenadora da Educação Infantil no MEC. Nesse espaço, e com uma nova configuração de relação, o MIEIB de certa forma, pautou demandas que se fizeram presente em políticas para a Educação Infantil, construídas, naturalmente, em contextos (democráticos) de disputas por hegemonia.

Nesse sentido, emergem questões de como o discurso do MIEIB e a atuação de seus intelectuais influenciaram a construção de uma política para Educação Infantil, tanto no processo de interlocução (contexto de influência) como na disputa discursiva (contexto na produção do texto) em torno dos sentidos. A análise de distintos contextos sociopolíticos e suas construções hegemônicas materializados em políticas educacionais confere relevância a pesquisa, pois possibilita perceber articulações realizadas na sistemática de representações, além de demarcar aspectos históricos das lutas sociais na educação de crianças de zero a seis anos.

METODOLOGIA

A pesquisa tem cunho qualitativo (MINAYO, 2009), combinou pesquisa documental, observações e entrevistas, na construção dos dados foi utilizada a Análise do Discurso proposta por Laclau e Mouffe (2011, 2013, 2015). O percurso metodológico entremeia a perspectiva epistemológica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2011, 2013, 2015) e reflexões subsidiada por elementos dos estudos sobre movimentos sociais e ação coletiva, desenvolvido por Alberto Melucci (1989, 1994) e Maria da Glória Gohn (2000, 2010, 2011).

Nesse sentido, os conceitos de hegemonia, prática articulatória, antagonismo e significativo vazio cunhados por Laclau e Mouffe nos auxiliam na compreensão de como a infância é eleita como ponto nodal e passa a ser significativo vazio tornando-se objeto de disputa política. E é em torno dele que o MIEIB emerge como prática articulatória. As contribuições de Melucci e Gohn estão postas nos processos da história e atuação do MIEIB indicando possíveis relações contingenciais dos processos políticos, assim, o dinamismo, o cruzamento de forças concorrentes de sujeitos políticos e práticas hegemônicas, podem comportar



explicações e lógicas para modificações discursivas nas políticas de Educação Infantil a partir da atuação do MIEIB como ator político.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nosso posicionamento epistemológico leva-nos a compreender o MIEIB enquanto sujeito político - que pode ser definido como movimento social (DAGNINO, 2000; GOHN, 2000, 2010) e prática articulatória (LACLAU, 2011). Nesse sentido, na produção de uma política, diversos sujeitos, fomentam a prática articulatória. Momento no qual, os sujeitos políticos, reservam-se de suas diferenças, e reagrupam-se em torno de um ponto nodal- comum a todos (LACLAU, 2011). Esses nodais podem ocupar o lugar de significante vazio dentro de uma construção discursiva, materializem em textos políticos, são chamados de vazio por sua ampla elasticidade em aderir conteúdos em torno de si, ou seja, por sua polissemia e não por falta de um sentido.

Assim, os sentidos construídos em torno dele, são antagonicamente disputados e refletem ambiguidades e deslocamento dos sujeitos presentes na prática articulatória. A prática articulatória reflete os processos de antagonismo e hegemonia. O primeiro, quando os sujeitos apresentam suas demandas próprias, seus posicionamentos e visões, na segunda, esses mesmos sujeitos articulam-se. Nesse momento, há uma espécie de exercício de influência, negociação e persuasão, que culminam com a eleição de significante vazio que ocupando o lugar de universal, condensando sentidos, frutos da hegemonia.

Vale ressaltar que Laclau (2015) ao utilizar a prática articulatória, não se referia diretamente aos movimentos sociais, mas, suas formulações se aproximam de ações coletivas empreendidas por sujeitos políticos e sociais. Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), utilizam alguns elementos de Melucci e apontavam os movimentos sociais como portadores de transformações políticas e culturais em suas lutas incorpóreas. E ainda representam o conflito com o poder hegemônico estabelecido, numa “guerra de interpretação” (DAGNINO, 2000). Assim, os sujeitos apresentam concepções alternativas, como redefinição do poder.

Nos estudos dos movimentos sociais no Brasil, destaca-se o surgimento de fóruns que articulam diversas lutas sociais em torno de direitos específicos, fenômeno muito presente no período da redemocratização do país, cujo objetivos eram incluir demandas diversas no texto da Constituição Federal de 1988. Em sua maioria, os fóruns eram compostos por agentes de movimentos populares, de associações profissionais, de grupos religiosos vinculados à teologia da libertação, ONG's cidadãs (GOHN, 2011). Uma década depois, e a partir da articulação de



alguns comitês estaduais que já discutiam a demanda por Educação Infantil, foi criado, o Movimento de Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (MIEIB), em certa medida, como continuidade das lutas das mulheres por creches dentro dos movimentos populares urbanos (DOIMO, 1993).

Ao longo dessa trajetória de mais de vinte anos, o MIEIB tem se constituído como sujeito político articulador das lutas pelo direito à educação das crianças de 0 a 6 anos. Sua formação discursiva articula perspectivas e concepções educativas que colocam a criança como sujeitos de direitos e biopsicossocial e sua educação pública e com qualidade social. A partir de suas ações interlocutoras com o governo federal, aspectos discursivos do movimento se traduziram em políticas e práticas escolares no âmbito da educação formal.

A relação estabelecida pelo MIEIB com o governo federal nos ajudar a refletir travessias hegemônicas, de um lado, construídas por intelectuais orgânicos, tanto do Estado, quanto do movimento. E do outro o movimento dialético, que passa a modificar tanto a política quanto ao MIEIB. Esta relação, ainda que contraditória, mostra-se como forma de atuação dentro do sistema estatal em um contexto democrático, via negociação política. Deste modo, consideramos que a relação MIEIB- Governo Federal encontra-se no interior de operações hegemônicas, na quais os processos socioeconômicos e políticos determinantes das políticas de Educação Infantil são conectados via consensos provisórios permeados por forças (sociais e econômicas) concorrentes de poder.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Enquanto articulador junto a Coordenação de Educação Infantil- COEDI-MEC as integrantes (intelectuais) do MIEIB transitavam entre o social, advindas dos movimentos populares de creches comunitárias e da academia. Esses lugares conferiram destaque as suas participações nos contextos de influência, da produção do texto e de algum modo, no contexto da prática, via seu caráter educador.

A dimensão educadora do movimento consiste na possibilidade de formação política continuada dos seus participantes oferecendo assistência ético-política e orientação pedagógica aos fóruns. É essa característica que confere ao movimento a capacidade de atuar na elaboração e avaliação das políticas públicas para a Educação Infantil. Esses momentos juntos aos professores, coordenadores, técnicos pedagógicos de secretarias municipais e estaduais, além de representantes de instituições públicas comprometidas com as infâncias, expõe como o movimento tem uma capilaridade comunicativa na construção de demandas e como



internamente se dá as heterogeneidades (ALMEIDA, 2019; ALMEIDA E RODRIGUES, 2020).

A atuação do MIEIB na construção dos sentidos e flutuações nos discursos políticos da Educação Infantil, contribuiu efetivamente para a pautar as especificidades desse campo político, imprimindo matizes discursivas do movimento e epistemológicas em documentos orientadores e normativos a partir das concepções de criança como sujeito e educação como direito. Nesse sentido, ampliou a gramática de sentidos nesses espaços de articulação, Almeida (2019) destaca cinco blocos que foram pautados demandas e incidências do MIEIB: Acesso e Ampliação de vagas na Educação Infantil, Financiamento, Formação Docente, Currículo e Avaliação.

Para o MIEIB o acesso e ampliação de vagas na Educação Infantil foi umas das bandeiras iniciais tendo em vista as metas do PNE (2001-2010), para tanto, desenvolveu estratégias de embasamento político e estatístico para o combate a programas de cunho assistencialista como Bolsa Primeira Infância (2033-2004) proposta no primeiro ano do governo Lula. A defesa do MIEIB é que a oferta seja efetivada pela expansão da rede pública, e já reivindica do MEC uma revisão e flexibilização dos critérios e dos projetos arquitetônicos das instituições de atendimentos as crianças de zero a seis anos.

A principal política, nesse sentido, foi Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), que executou melhoria de infraestrutura física da rede de Educação Infantil por meio de assistência financeira para a construção, reforma, equipamentos e mobiliários para creches e pré-escolas (BRASIL, 2007). É no interior dessa discussão que emergem a compreensão de espaços e equipamentos planejados considerando as especificidades infantis, os consensos estão materializados nos Parâmetros Nacionais de Infraestrutura para a Educação Infantil. No governo Dilma, o bloco de acesso e ampliação de vagas foi tensionado pelo significativo Primeira Infância, e tem sua primeira ação dispostas no Programa Brasil Carinhoso sustentado por ações intersetoriais (renda, saúde e educação).

O modelo que foi apresentado, tornou-se alvos de críticas pela insensibilidade da oferta com qualidade, ou seja, não considera o espaço, formação e práticas educativas desenvolvidas nas instituições que receberá os bebês e as crianças pequenas. E são esses elementos que vão incutir modificações no Proinfância, a partir de suas fragilidades, ao longo da efetividade do programa. Diversos estudos realizados por intelectuais do MIEIB sobre o Proinfância indicam que as problemáticas que circundaram o Proinfância versavam sobre os trâmites do projeto, com especificidades de construção, licitações, organização municipal, outros. Cabe destacar



que Proinfância até o momento expressa a única política de acesso prioritária da Educação Infantil. Nesse diapasão para alguns intelectuais do MIEIB emerge a preocupação direcionada para a qualidade das práticas pedagógicas realizadas nessas instituições, as propostas pedagógicas e os saberes e fazeres dos professores, questões de nível curricular, que mencionaremos mais adiante.

Quanto ao financiamento para a Educação Infantil, a primeira ação, foi a inclusão das Creches como beneficiárias do Salário-Educação (2004), porém, esse temática tem seu auge na instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB. O projeto excluía as Creches de receber financiamento, o que desencadeou um amplo movimento em rede, com destaque para ações coletivas como o FUNDEB para Valer com a Campanha, e a passeata “Fraldas Pintadas”. Essas ações contaram com o MIEIB, e buscaram evidenciar a retórica distributiva e a perspectiva assistencial da formação discursiva. Nessa direção, o MIEIB passa a discutir os custos reais das etapas e modalidades e do tipo de estabelecimento da educação básica, reivindicando a “reformulação do PDDE de forma a incluir todas as instituições públicas de educação infantil no censo escolar” e o “aumento dos coeficientes do FUNDEB para a Educação Infantil, reafirmando a importância do Fundo como propulsor das políticas para a área” (ALEMIDA, 2019).

As demandas da formação Docente emerge com Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil- Pró-Infantil criado em 2005. O Pró-infantil consistiu no oferecimento de curso em nível médio, semipresencial, na modalidade Normal, e representou um diálogo com o contexto particular de enunciação das discussões do MIEIB. O debate da qualificação e valorização profissional, comporta uma preocupação do movimento, que vai desde a formação inicial em cursos de licenciatura e de graduação plena (MIEIB, 2010).

Ações reivindicatórias do movimento voltadas a formação e qualificação profissional se dá desde a observação dos editais de concursos quanto apoio e financiamento de cursos presenciais de formação inicial e continuada junto ao MEC. Um desdobramento de suas ações pode ser compreendido com a criação de cursos de Especialização em Educação Infantil, que o MIEIB já tensionava desde 2008 e ganham forma no governo Dilma. Eles, não se restringe a uma lógica de desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional, sustentado por uma retórica de profissionalização construída discursivamente em contextos históricos e institucionais precisos, antes se apresenta como produto das pesquisas e das mudanças discursivas das ações MEC-COEDI, incluindo outras infâncias que estavam destituídas nas políticas educativas (diversidades e relações étnico-raciais).



Os sentidos presentes nesses cursos e das ações desenvolvidas a nível institucional COEDI e do MIEIB foram sustentados pelo comprometimento com igualdade racial em um ideário democrático e ético. A criança e a infância como construção social passaram a ser pensados para além dos pressupostos genéricos, universais e colonialistas. Na medida em que esta ação atende uma demanda do movimento, possibilita a COEDI articulações intersetoriais que lhe permitam intervir sobre a realidade pedagógica da Educação Infantil. As práticas articulatórias organizadas pela COEDI, nas quais o MIEIB compôs como sujeito político, buscou construir uma nova imagem de sociabilidade infantil nas instituições educativas, introduzindo os elementos de diversidade e igualdade racial, a fim de romper com práticas adultocentricas na qual a socialização constitui processo social de exercício de poder e saber.

Outro elemento de formação docente dos profissionais da educação, foram os blocos de sentidos condições de trabalho e remuneração condigna, destacamos a ação governamental da instituição do Piso Salarial Profissional Nacional – Lei nº 11.738/2008. A aprovação dessa Lei preponderantemente veio robustecer a Educação Infantil como campo político, e materializa uma demanda pela qual o MIEIB vinha defendendo no decorrer de 2007.

As temáticas curriculares foram inicialmente problematizadas na discussão da ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos. As implicações dessa mudança foram debatidas entre COEDI/MEC e MIEIB, o primeiro defendendo maior tempo de garantia da escolarização para as crianças de 6 anos, o segundo, indicando que um caminho viável, tornar obrigatório o último ano da educação infantil. Assim, o debate foi direcionado, sobre quais direitos estavam sendo conquistados e sendo usurpados (no caso da Educação Infantil).

A postura do MIEIB foi reivindicar a transformação do Parecer 039/2006 em resolução- definindo a data para o corte etário no ensino fundamental. E pautar uma perspectiva mais pedagógica, no qual os tempos, espaços, conteúdos, metodologias de trabalho, formação de professores, e entre tantas outras questões, foram tratados à luz do direito ao ambiente lúdico e uma formação social que leve em consideração as especificidades infantis. Para o MIEIB, esses elementos ajustados devem se adequar no trabalho pedagógico no 1º ano, pois consideram as singularidades das crianças de 6 anos nessa transição.

Outra demanda curricular se apresentou com as interfaces da Educação Infantil e Educação do Campo e sua incidência direta sobre o currículo da Educação Infantil. Assim, o diálogo entre os referenciais (campo da Educação Infantil e os princípios da Educação do Campo) convocou uma proposta de educação vinculada aos modos de vida no campo e à defesa de práticas sustentáveis na relação com a natureza, estas considerações sustentaram o discurso



MIEIB em suas práticas articulatórias na reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009-2010).

Essas disputas (formação, diversidade, relações étnico raciais, outros) apresentam-se também no contexto de produção da BNCC. No que concerne à construção da Base da Educação Infantil, este foi um ponto de discrepâncias internamente para o MIEIB. Enquanto a COEDI aderiu sua sistematização com uma comissão de especialistas compostas por: Maria Carmem Barbosa, Paulo Focchi, Sylvia Helena Cruz e Zilma Ramos de Moraes. E, alguns intelectuais orgânicos do MIEIB coordenavam ações de debate a favor, suscitaram dentro do MIEIB, os que questionavam o papel do MIEIB na produção de uma política que ofereciam elementos para uma padronização pedagógica e de avaliação, abrindo um espaço, para produção de material didático apostilado e formação continuada tecnicista (MAUDONNET, 2020).

Entre os não consensos produzidos pela BNCC-EI internamente no MIEIB, notamos que a produção do discurso contido nas duas primeiras versões (que tinham intelectuais do MIEIB como um dos sujeitos políticos), buscou-se organizar e redistribuir o lugar da criança e das infâncias em suas aprendizagens e desenvolvimento. Nesse caso, a intertextualidade da BNCC faz referências explícitas e implícitas a outros discursos (DCNEI's, LDB, ECA) que são de suma relevância a produção de sentidos (sempre contingentes). De modo, geral, a participação do MIEIB no jogo de construção da política BNCC permitiu ao movimento incluir e aprofundar propostas e projetos coletivos advindo da realidade infantil brasileira.

A BNCC-EI homologada (4ª versão), advogar significantes presentes nas DCNEI's que convergem com a retórica de muitos movimentos em prol da educação infantil, no entanto, seu discurso, atribuem a esses significantes sentidos ambíguos (LACLAU, 2013). A hibridização do texto apresentou uma sistematização operante através das relações de poder, que coloca certo tipo de racionalização relativo ao sujeito a ser educado (crianças de 0 a 5 anos)". É nesse sentido, que evidenciamos uma reapropriação de sentidos encontrados em enunciados das DCNEI's.

No bloco Avaliação, em 2005 o documento Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação, traz uma dimensão macro das políticas; das propostas pedagógicas e do trabalho pedagógico. Nessa perspectiva, a avaliação emerge na dimensão da qualidade, com os documentos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil I e II (2006). Nos enunciados dos referidos documentos localizamos um discurso de qualidade adjetivada de social, uma referência em contraposição à ideia de qualidade total que se concentra em uma lógica de mercado, na qual a aprendizagem é conferida por avaliações exteriores. No entanto, a política de avaliação na/da educação infantil sofre



influência da criação do IDEB no governo Dilma, com proposta para a criação de políticas de atenção a primeira infância, contendo uma avaliação do desenvolvimento de 0 a 5 anos, inspiradas no instrumento norte-americano ASQ-3, na qual a avaliação e a qualidade aparecem como significantes flutuantes, centralizando o discurso sobre currículos.

A resistência a essa perspectiva, principalmente pelo MIEIB, permitiu um amplo debate, o que culminou com a criação do Grupo de Trabalho de Avaliação da Educação Infantil, tendo como produto o documento “Política de Educação Infantil no Brasil: relatório de avaliação”. Além de ampliar a discussão dentro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, com a Comissão de Especialistas da Avaliação da Educação Infantil sob a coordenação da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB).

Diante das tensões de ideias, práticas e políticas sobre e para a avaliação da Educação Infantil, desenvolvidas e debatidas nesses anos, tem-se em 2015, o documento “A avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto”. Os sentidos postos a avaliação, referenciam uma tipologia formativa e autoavaliativa, “orientada à mudança da instituição para melhor (seja no aspecto estrutural, relacional ou prático) através da elaboração de plano(s) de ação, realizável(is) e do consequente monitoramento” (BRASIL, 2015, p.37). A construção dessa concepção realiza conexões com as pautas do MIEIB em relação à avaliação e qualidade e suas implicações. Assim, avaliação da Educação Infantil, para o MIEIB compota a qualidade social a “partir de estudos do campo educacional, para a construção do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno-Qualidade (CAQ), que se consolida na luta histórica pela e da Educação Infantil (MIEIB, 2018).

As propostas voltadas para a Educação Infantil do atual governo são marcadas por deslocamentos discursivos, propostas estas que vinculam-se a uma caráter mercadológico, e efetuam ruptura com os princípios do direito constitucional das crianças. Nesse cenário a atuação do MIEIB é de enfrentamento a esses discursos políticos que tentam reconfigurar a Educação Infantil. Desde o governo Temer (2016), o MIEIB tem militado contra as formas de descaracterização da Identidade da Educação Infantil apresentada sob forte ataque ao financiamento com os cortes no financiamento e a criação de programas desvinculados com os referencias construídos nos últimos anos, e que de certa forma tentam reconstruir uma proposta educativa via assistencialismo, como no programa Criança Feliz.

A postura do MIEIB quanto a essas medidas foi de evidenciar a sobreposição de programas e ações que ao buscar uma perspectiva intersetorial (assistencial social e saúde) não pautas no Marco Legal da Primeira Infância, além de retorna uma perspectiva epistemológica de compensação e ações paliativas muito presente nos anos 80 no enfrentamento da pobreza e



das desigualdades sociais (MIEIB, 2018). Mais recentemente a tentativa da exclusão das Creches do Novo Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica – FUNDEB, mobilizou um amplo movimento nacional em rede de diálogos em vista ao combate da possível extinção do regime de cooperação e a inviabilização da manutenção pelos municípios dos seus sistemas de educação. O MIEIB tem defendido o NOVO FUNDEB como política de financiamento permanente no Brasil, junto com a Campanha, nesse sentido, tem desde 2018 construído um discurso a partir da instituição do Custo Aluno-Qualidade, pois compreende este mecanismo como condutor de qualidade numa perspectiva “pública, democrática, laica, gratuita, inclusiva, antirracista, não sexista e de qualidade social”. (MIEIB, 2020, p.1) e de valorização da Educação Infantil e de seus profissionais.

Outro elemento de ataque aos recursos públicos destinados à Educação Infantil tem se apresentado nas propostas de *voucher*. A lógica que configura tais propostas realoca o direito social à Educação como consumo individual, comprometido os interesses do mercado, representado por grandes grupos econômicos. Desde sua origem a defesa do movimento é que os recursos públicos sejam investidos nos sistemas públicos de educação, reafirmando que estes sejam compromissados com a qualidade da Educação Infantil (MIEIB, 2017).

Ainda nesse bojo de resistência aos dispositivos construídos via ampla participação, o MIEIB tem se posicionado contra as fortes considerações escolarizante que tem ameaçado a Identidade da Educação Infantil, de não promoção, classificação e alfabetização. E que tem se materializado na Política Nacional de Alfabetização (PNA). Os discursos presentes PNA através do programa Conta pra Mim, explora a literacia estabelecendo relações com o métodos fônicos de alfabetização, esse aspecto é evidenciado na discussão do edital para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2020 – 2022) que antecipar a alfabetização e a escolarização da Educação Infantil via ao retorno de cartilhas.

Outras ações do MIEIB pautaram as relações de propostas de educação domiciliar e suas consequências, além de realizar mapeamento nacional das ações das secretarias e conselhos de Educação e Sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores em educação, no período da pandemia, também elaborou Diretrizes para o debate sobre as condições de retomada das experiências interativas no contexto da Educação Infantil. Como visto são diversos pontos de lutas e resistências que o MIEIB tem travado contra o ideário neoliberal contidos nas políticas e orientações pedagógicas para a infância brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O discurso do MIEIB fundamenta-se na dimensão do direito, no qual a infância é problematizada como significante vazio que tem desenvolvido ao longo dos anos uma cadeia de equivalência a partir do caráter educativo do atendimento as crianças, que perpassa pelos aspectos curriculares e formativos dos professores, outro fator para tão amplitude deve-se ao seu aspecto de movimento educador. Os deslocamentos discursivos podem ser vistos nas práticas articulatórias da política de Educação Infantil das quais participaram e dos sentidos que se tornaram hegemônicos nos textos da política como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI 2009/2010 e Avaliação em Educação Infantil a partir da Avaliação de Contexto.

A relação desenvolvida pelo MIEIB desde o governo Fernando Henrique até o atual, podem ser caracterizados a partir dos cenários sociopolíticos e da abertura ao diálogo. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) há uma ausência de antagonismo na construção das políticas educativas, cujo sujeito articulador são os órgãos internacionais, nesse contexto o MIEIB atua com uma postura reivindicatória. Já nos governos Lula (2003-2006/ 2007-2010) tem uma postura negociadora e propositiva mediante as interlocuções macros realizadas com o movimento. No governo Dilma (2011-2014/ 2015-2016), as continuidades dialógicas como também algumas rupturas no relacionamento da Coordenação de Educação Infantil do Ministério da Educação com o MIEIB assume uma postura mediadora. Já no pós-golpe nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) apresenta postura defensora dos direitos já conquistados que estão sendo alvo de ataques constantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Karla. Wanessa Carvalho de; RODRIGUES, Cibele Maria Lima. O MIEIB e a política curricular da Educação Infantil. **Revista Educação em Questão**, 58(56), 2020. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n56ID19670>

ALMEIDA, Karla. Wanessa Carvalho de. **O Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) e a política de Educação Infantil**. Dissertação de mestrado em Educação Culturas e Identidade. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife/PE, 2019. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/8268> Acesso 17 06. 2022.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____. (orgs.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: Novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.p. 15-60.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Conselho Nacional de Educação**. Resolução CEB 1/99. Diário Oficial da União, Brasília, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0199.pdf Acesso em: 22 jul. 2019.



BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CNE/CEB nº 20 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf Acesso em: 22 07. 2019.

BRASIL, **Resolução/CD/FNDE nº 6**, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3130-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-6-de-24-de-abril-de-2007> Acesso em: 22 07. 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal/Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf Acesso em: 3 01. 2018.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda da América Latina. In: ALVARÉZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p 61-102.

DOIMO, Ana. Movimento popular no Brasil pós-70: formação de um campo ético-político. 1993. 212 f. **Tese (Doutorado em Ciência Política)** – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

GOHN. Maria da glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONG's e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11– 40 jan./jun. 2000.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo, Cortez, 2005. 120p.

GOHN. Maria da glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. p 333-361. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf> Acesso em 18 de ago. de 2018.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto. **A razão Populista**; tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. Tradução Joanildo A. Burity, Josias de Paula e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

MAUDONNET, J. V. M. O Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) e seus efeitos nas políticas públicas. *Educação e Sociedade*, (41), 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.224566>.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society**. Great Britain: Anchor Press, 1989.



MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 40, p.152-166, 1994. Entrevista de Alberto Melucci a Leonardo Avritzer e Timo Lyra.

MOVIMENTO, Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB. **Educação Infantil: construindo o presente**. Campo Grande/MS: UFMS, 2002.

MIEIB. CARTA DE BELÉM – PA. 2010. Disponível em: <http://www.mieib.org.br/wp-content/uploads/2017/06/MIEIB-Encontro-Nacional-2010-Carta-de-Bele%CC%81m.pdf>
Acesso em 18 08, 2018.

MIEIB. **Nota do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil - MIEIB Em Defesa da Educação Pública, da Democracia e do Estado de Direito**. 2016. Disponível em: <https://www.mieib.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Nota-do-Mieib-em-Defesa-da-Educac%CC%A7a%CC%83o-Pu%CC%81blica-da-Democracia-e-do-Estado-de-Direito.pdf>
Acesso em 18 08, 2018.

MIEIB. **Nota Pública Em Defesa Do Fundeb “Pra Valer”!**. Disponível em: <https://www.mieib.org.br/nota-publica-em-defesa-do-fundeb-para-valer/> Acesso em 21 07, 2020.

MIEIB. Nota do MIEIB em defesa da manutenção inquestionável da creche no FUNDEB. 2018. Disponível em: <https://www.mieib.org.br/2018/12/20/> Acesso em 18 08, 2018.

MIEIB. **Posicionamento do MIEIB sobre o programa Criança Feliz**. 2017. Disponível em: <http://feipar.blogspot.com/2017/04/mieib-crianca-feliz.html> Acesso em 19 01, 2018.

MINAYO, Maria C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.